

CRENÇAS E ATITUDES LINGUÍSTICAS NA SALA DE AULA

Taciane Marcelle Marques¹
Joyce Elaine de Almeida Baronas²

Resumo: A escolha e o uso de determinada forma linguística dependem de fatores extralinguísticos, como geográfico, socioeconômico, sexo, e, inclusive, de crenças e atitudes linguísticas. O objetivo deste trabalho é observar as crenças e atitudes linguísticas a respeito da variação linguística expressada por alunos do ensino fundamental de duas escolas públicas de Londrina, uma da região central e outra, rural. Acreditamos na existência de uma forte influência desses fatores no ensino de Língua Portuguesa, assim, é preciso que o profissional que atua no ensino de língua leve em consideração tal influência a fim de torná-la favorável para a melhoria do aprendizado da língua.

Palavras-chave: crenças; atitudes linguísticas; variação linguística; ensino.

Abstract: The choice and use of particular linguistic form depends on extralinguistic factors such as geographic, socioeconomic, gender, and even of language attitudes and beliefs. The objective of this work is to observe the linguistic attitudes and beliefs about linguistic variation expressed by elementary students from two public schools in Londrina, one of the central region and the other on rural region. We believe in the existence of a high influence of these factors in Portuguese language teaching, so it is necessary that the professionals working in the language teaching need to consider this influence in order to make it favorable for the improvement of language learning.

Keywords: beliefs; linguistics attitudes; linguistic variation; teaching.

Introdução

A escolha e o uso de determinada forma linguística dependem de fatores como geográficos, socioeconômicos, etários, sexo, e referentes a crenças e atitudes linguísticas do falante. Justamente por isso, documentos oficiais como os Parâmetros Curriculares Nacionais (doravante PCN), defendem, apoiados em estudos científicos de autores renomados como Camara Jr. (1970), Faraco (1994), Geraldi (1996; 1993; 1984), Ilari (1989), Possenti (1996), Soares (1996), Tarallo (1997), que não se pode mais insistir na ideia de que o único modelo de língua seja a norma padrão. Mas, como o preconceito é decorrente do valor atribuído à variedade padrão e, também, do estigma associado às variedades não-padrão, avaliadas como “erradas” pela gramática normativa da língua, as variedades linguísticas são esquecidas e deixadas de lado como objeto de ensino nas aulas de Língua Portuguesa da maioria das escolas do Brasil.

O papel da escola seria proporcionar um ensino da Língua Portuguesa mantendo a noção de língua como um conjunto de variedades, visto que o uso linguístico depende da adequação às circunstâncias de fala ou escrita. Tal constatação constitui, pois, a justificativa deste trabalho, visto que investigar crenças e atitudes linguísticas dos alunos em relação à língua e ao ensino da língua (esta considerada como todas as normas do Português brasileiro) ajudaria a revelar os sentimentos de valoração positiva ou negativa, ou seja, as crenças e atitudes linguísticas que interferem no uso das variedades e, principalmente, na abordagem dessas em contexto escolar.

Optamos por este estudo, sobretudo, porque as crenças e atitudes linguísticas, como já sugeriu Morales (1993), afetam não somente fenômenos particulares e específicos, mas principalmente o ensino de línguas maternas e estrangeiras. Com relação à variação linguística, portanto, destacamos que a construção e a abordagem de uma pedagogia diferenciada na escola dependem de crenças e atitudes que se constroem e fomentam a respeito das variedades da língua em uso.

O presente trabalho tem como objetivo identificar a influência de crenças e de atitudes linguísticas na aprendizagem da Língua Portuguesa de alunos do Ensino Fundamental,

¹ Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem (PPGEL); Universidade Estadual de Londrina (UEL); Taciane.marcelle@gmail.com

² Departamento de Letras Vernáculas e Clássicas; Universidade Estadual de Londrina (UEL), joycealmeidabaronas@uol.com.br

identificando quais fatores ligados às crenças e atitudes linguísticas interferem no ensino da Língua Portuguesa.

Crenças e atitudes sobre variação linguística: um processo relevante para o ensino

Os trabalhos sobre crenças e atitudes linguísticas vêm tomando fôlego desde 1960, por meio de pesquisas em diversas áreas. Corbari (2012) afirma que os estudos iniciais a respeito das crenças e atitudes linguísticas pertencem à área de Psicologia Social, mas atualmente outras áreas contribuem para as investigações, tais como a Sociolinguística, a Sociologia da Linguagem e a Linguística Aplicada. Os estudos da Psicologia Social, como sugere a autora, revelam os papéis exercidos pelos motivos, crenças e identidade no comportamento linguístico. Nessa área, as atitudes constituem um fenômeno psicológico com significado social, como indicam Lambert e Lambert (1975).

As pesquisas sociolinguísticas vêm mostrando que os diferentes falares despertam nos indivíduos crenças e atitudes linguísticas diversas. É tarefa da Sociolinguística observar as atitudes linguísticas, já que fazem referência ao problema da avaliação, relativo às análises do falante quanto à sua variedade linguística e à de outros falantes. De certa forma, as atitudes linguísticas influenciam a variação e as mudanças da língua tanto quanto o ensino da variedade culta e da variedade popular. Consoante Corbari (2012), os estudos sobre atitudes linguísticas são relevantes para a Sociolinguística:

Para essa disciplina, a importância do estudo das atitudes linguísticas reside no fato de que elas, além de revelarem múltiplos aspectos para melhor entendimento de uma comunidade, influem decisivamente nos processos de variação e mudança linguística, bem como afetam a eleição de uma língua em detrimento de outra e o ensino-aprendizagem de línguas nessa comunidade (CORBARI, 2012, p. 113).

As crenças de um grupo social são um conjunto de verdades culturais impostas a cada indivíduo desse grupo. Podemos conceituar as crenças a partir da concepção de Labov (2008 [1972]), como “um conjunto uniforme de atitudes frente à linguagem que são partilhadas por quase todos os membros da comunidade de fala, seja no uso de uma forma estigmatizada ou prestigiada da língua em questão” (LABOV, 2008 [1972], p. 176).

Quanto a atitudes linguísticas, destacamos Lambert e Lambert (1975), estudiosos da Psicologia Social que tratam de análises a respeito das atitudes. Esses pesquisadores acreditam que as atitudes influenciam no comportamento do indivíduo e vice-versa, defendendo que “uma atitude é uma maneira organizada e coerente de pensar, sentir e reagir a pessoas, grupos, problemas sociais ou, de modo mais geral, a qualquer acontecimento no ambiente” (LAMBERT; LAMBERT, 1975, p. 100).

Afirmam, também, que as atitudes são constituídas de pensamentos e crenças, sentimentos e emoções, bem como reações. As atitudes são, portanto, formadas quando as crenças e os sentimentos são ajustados ao ambiente social. As pessoas se adaptam à situação e ao outro para terem sucesso no convívio social.

É válido apontar que, nos estágios iniciais de desenvolvimento das atitudes, os componentes podem ser modificados por novas experiências. Depois, no entanto, sua organização pode tornar-se inflexível e estereotipada, usualmente porque os indivíduos são estimulados, por longos períodos de tempo, a reagir de modo padronizado a determinados acontecimentos ou a determinados grupos (LAMBERT; LAMBERT, 1975, p. 101). Uma atitude fixa e estereotipada, segundo os autores, é capaz de reduzir o ambiente de contato e de limitar as ações dos sujeitos; nesse caso, podemos exemplificar com a temática desta pesquisa em que o preconceito linguístico constitui uma atitude extremamente redutora e limitadora da sociedade.

Preti (1984) também aborda o tema da “atitude linguística”, considerando o fenômeno das gírias, ou seja, uma variedade linguística que é compartilhada pelo mesmo grupo isolado, um escape da norma linguística compreendido somente por indivíduos do mesmo grupo. Para o autor, a atitude linguística, correlacionada à variação linguística, sempre aparece ligada à escolha de uma variedade, pois, para o falante, sua escolha lhe parece mais bem adequada à situação de interação. O pesquisador ainda assegura que o ato de fala nem sempre depende só do conhecimento do falante, de sua cultura e posição sociocultural; justamente por querer expressar também sua opinião e sua identidade, o indivíduo opta por uma variedade específica, ligada ao seu grupo social:

As variações de *situação* e a mudança de *registros* podem revelar uma *atitude* linguística de valorização de certos padrões linguísticos (do culto ao popular, do registro formal ao coloquial), na medida em que

ele julga “melhor” certo tipo de linguagem. E esse juízo de valor sobre a língua está, em geral, ligado ao grupo social em que o falante se situa ou até mesmo ao grupo geográfico. (PRETI, 1984, p. 76).

Ao tratar também de atitudes linguísticas, Gómez Molina (1987) destaca a importância do estudo nessa área para a Sociolinguística, pois é múltipla a presença desse fator extralinguístico no comportamento interativo e social dos falantes. O autor ainda justifica o estudo nessa área, explicando que a atitude linguística:

Actúa de forma muy activa en los cambios de código o alternancia de lenguas; es un factor decisivo, junto a la conciencia lingüística, en la explicación de la competencia de los hablantes; permite aproximarnos al conocimiento de las reacciones subjetivas ante la lengua o lenguas que usan los hablantes; influye en la adquisición de segundas lenguas, etc. (GÓMEZ MOLINA, 1987, p. 25).³

Segundo o autor, as atitudes linguísticas são marcadores de mudanças nas crenças do falante de um grupo social e também indicadores de êxito ou fracasso na política linguística desse grupo.

Morales (1993) aponta que a atitude linguística é formada por três componentes: o “cognoscitivo”, incluindo as percepções, as crenças e os estereótipos dos indivíduos; o “afectivo”, indicado por emoções e sentimentos; e o “conductual”, ou seja, o comportamento do indivíduo, sua tendência para atuar e reagir de determinada maneira dependendo do objeto. Rokeach (*apud* Morales, 1993) afirma que a atitude se compõe por crenças, e essas são formadas por esses três componentes. Assim “cree el autor [Rokeach] que al existir diversos tipos de creencias, la diversa integración que se produzca entre ellas dará lugar a actitudes específicas” (MORALES, 1993, p. 233) ⁴. Portanto, é a construção de crenças que gera as atitudes específicas sobre um objeto, podendo ele ser linguístico, como a língua em uso.

Aguilera (2007) realizou um estudo sobre a língua falada no Brasil, pesquisando as crenças e atitudes linguísticas de falantes urbanos da Língua Portuguesa. A partir dessa análise, a autora salienta, em consenso com Morales (1993), que as atitudes são formadas por comportamentos (componente conativo), por condutas positivas (de aceitação) ou negativas (de rejeição). Entretanto, é somente um componente que domina a atitude, como discorre a pesquisadora:

Moreno Fernández (1998: p.184) registra que, para López Morales (1993), a atitude está dominada por um só componente – o conativo, separando o conceito de crença do conceito de atitude e colocando-os em níveis diferentes. As crenças dão lugar a atitudes diferentes; estas, por sua vez, ajudam a conformar as crenças, junto com os elementos cognoscitivos e afetivos, tendo em conta que as crenças podem estar baseadas em fatos reais ou podem não estar motivadas empiricamente (AGUILERA, 2007, p. 10).

Convém ressaltar que as atitudes linguísticas afetam a comunidade de fala somente quando são realizadas de forma motivada também pelo contexto social em que foram geradas, já que as crenças estão embasadas na realidade do falante. Para tanto devemos considerar o aspecto social da atitude linguística, pois, como aponta Moreno Fernández (1998, p. 179-180 *apud* AGUILERA, 2007, p. 7): “A atitude linguística é uma manifestação da atitude social dos indivíduos, que pode centrar-se e referir-se especificamente tanto à língua como ao uso que dela se faz na sociedade”.

Neste ponto, citamos Santos (1996), haja vista que esse pesquisador identifica atitude com a dimensão avaliativa, presente no conceito de atitude. O autor concorda, portanto, com a definição de atitude como uma predisposição a estímulos, sejam eles favoráveis ou desfavoráveis. Dessa forma, segundo o estudioso, o conceito de atitude corresponde a uma avaliação positiva ou negativa do objeto analisado, enquanto o conceito de crença está relacionado à existência de um objeto ou uma ideia.

Segundo Santos (1996), a relação entre crença e atitude é tênue e uma mudança em uma dessas partes pode levar a modificações na outra, como assevera o autor: “Várias pesquisas

³ Atua de forma muito ativa nas mudanças de código ou alternância de línguas; é um fator decisivo, junto à consciência linguística, na explicação da competência dos falantes; permite ao pesquisador aproximar-se do conhecimento das reações subjetivas diante da língua e/ou línguas que usam os falantes e influi na aquisição de segundas línguas (tradução nossa)

⁴ Acredita o autor [Rokeach] que ao existirem diversos tipos de crenças, a diversa integração que se produza entre elas dará lugar a atitudes específicas (tradução nossa).

produziram evidências de que a atitude de um indivíduo pode ser mudada, se forem mudadas suas crenças sobre o objeto.” (SANTOS, 1996, p. 15).

Essa afirmativa alcança sua importância neste trabalho, pois acreditamos ser necessário fomentar crenças positivas nos alunos sobre a variação linguística, para que a atitude com relação à sua língua seja positiva e a escola cumpra seu papel e forme cidadãos capazes de utilizar adequadamente sua língua.

Com relação à variação linguística, portanto, destacamos que a construção e a abordagem de uma pedagogia diferenciada na escola dependem de crenças e atitudes que se constroem e fomentam a respeito das variedades da língua em uso. Cabe à escola proporcionar um trabalho com crenças e atitudes que colabore com a reeducação sociolinguística, citada por Bagno (2007), a fim de construir uma pedagogia da variação linguística em que o alunado possa aprender sua língua materna e ser capaz de analisá-la a partir de conhecimentos científicos.

A pesquisa:

Esta pesquisa busca investigar as crenças e atitudes linguísticas dos alunos de Língua Portuguesa a respeito de sua língua materna, considerando principalmente a valoração (positiva ou negativa) sobre a abordagem da variação linguística em sala de aula. O *corpus* constitui-se das transcrições das entrevistas coletadas a partir de treze questões elaboradas para esta pesquisa com base em um questionário do “Projeto Crenças e Atitudes Linguísticas: um estudo da relação do Português com línguas de contato”, mas com modificações devido ao objetivo divergente.

Seguem as questões: 1. “Que língua você fala?”; 2. “Que língua você escreve?”; 3. “O que você pensa sobre a língua que você fala e escreve?”; 4. “Aqui em Londrina, existem pessoas que falam diferente de você?”; 5. “Em que lugares você ouviu modos diferentes de falar o Português?”; 6. “O Português que você ouviu entre os colegas, na televisão, na escola é o mesmo?”; 7. “Comparando as falas das pessoas de sua região, existe quem fale melhor? Se sim, quem? Por quê?”; 8. “Homens e mulheres falam da mesma forma? Qual fala é a mais bonita, a do homem ou da mulher? Por quê?”; 9. “Jovens e idosos falam de maneira diferente? Quem fala melhor? Explique sua resposta.”; 10. “Pessoas com escolaridade e pessoas sem escolaridade falam diferente? Comente.”; 11. “Você acha que falar diferente é falar errado? Justifique sua resposta.”; 12. “O que é falar errado?”; 13. “Quando alguém fala de maneira diferente e você não entende, como você se sente? O que você faz? Por quê?”.

A coleta de dados para a constituição do *corpus* realizou-se em duas escolas estaduais de Londrina: uma localizada no centro (escola A) e outra na zona rural (escola B). Obtivemos nove informantes da série final do Ensino Fundamental de cada instituição, assim os informantes foram nomeados Inf. 01, Inf. 02, Inf. 03, Inf. 04, Inf. 05, Inf. 06, Inf. 07, Inf. 08, Inf. 09, Inf. 10, Inf. 11, Inf. 12, Inf. 13, Inf. 14, Inf. 15, Inf. 16, Inf. 17 e Inf. 18. Dessa forma, a indicação de trechos do *corpus* se deu a partir de abreviaturas de forma que “Inf.” corresponde a informante, “Q” corresponde à questão e “L” corresponde à linha do texto em que se encontra o trecho comentado.

Resultados:

Neste trabalho, buscamos, então, analisar as questões, examinando as crenças e atitudes dos alunos prezando por uma pedagogia da variação linguística necessária ao ensino da Língua Portuguesa.

Com relação à primeira questão (“Que língua você fala?”), pretendíamos que os alunos identificassem sua fala como uma variedade da norma padrão, diferenciando-a de alguma maneira. Como observamos, todos os informantes afirmam falar o “Português”, ou seja, nome da língua românica tida como o padrão oficial do Brasil, consoante Ferreira (2004).

A partir dessa questão, podemos fazer duas afirmações: primeiramente, apenas com esse questionamento, os alunos não são capazes de identificar e discorrer a respeito da variação linguística, eles precisam de perguntas mais investigativas e diretas; em segundo lugar, notamos que a influência coercitiva da norma padrão ou prescritiva é marcante na realidade linguística desses falantes, pois lembram de mencionar apenas o nome que lhes remete à língua padrão – “Português”. Destacamos, ainda, que nenhum informante correlacionou sua fala a qualquer variedade linguística, isso devido à influência sociocultural da língua padrão, denominada Português.

Quando os informantes denominam a língua que falam somente de “Português”, podemos reafirmar a assertiva de Müller de Oliveira (2009) sobre a concepção de que aqui se fala uma única língua, a Língua Portuguesa; portanto, ser brasileiro e falar o português (do Brasil) são sinônimos, consoante o autor. O uso do termo “Português” pelos informantes não se refere apenas a um nome, como se ele fosse óbvio, mas, pelo contrário, revela um percurso histórico e político da língua no Brasil. Esse país foi, muito mais do que hoje, um país plurilíngue, como sugere Müller de

Oliveira (2009), mas a política linguística de estado se preocupava sobretudo em reduzir o número de línguas, substituindo-as pela Língua Portuguesa, a língua do príncipe. A permanência dessa língua na nação brasileira representa a exclusão de grupos étnicos e linguísticos, por isso, o uso do nome “Português” não pode ser visto como óbvio, pois revela o caráter coercitivo da norma que foi escolhida como padrão nesta nação.

Analisando as respostas dadas à segunda questão (“Que língua você escreve?”), observamos, mais uma vez, uma igual totalidade nas respostas, já que os dezoito informantes alegam escrever o “Português”. Dessa forma, as respostas a Q1 e Q2 não apresentam diferenças, os alunos não diferenciaram a resposta de uma questão para outra, visto que já na Q1 falaram em Português como língua geral, sem mencionar as diferenças linguísticas, tanto quanto o fizeram na Q2.

Nas duas primeiras questões, todos os informantes alegam falar e escrever o “Português”. Eles não fazem diferença entre a língua que escrevem e a língua que falam quando precisam nomeá-la, pois consideram-na a mesma, tratando, nas duas situações, com o mesmo nome, que remete à norma padrão, a Língua Portuguesa, desencadeada ao longo da história brasileira, a partir da associação da cultura escrita com o poder social.

Esses dados vão ao encontro do exposto por Faraco (2002), quando afirma ser a norma escrita relativamente estável, com a intenção de neutralizar a variação e controlar a mudança linguística, com o objetivo de facilitar a comunicação entre os falantes, pois, como verificamos, os informantes apontam somente para o “Português”, língua padrão oficial do país. Na verdade, como observamos, eles nomeiam “Português” tanto para língua falada quanto para a escrita, dado que também comprova a assertiva de Müller de Oliveira (2009) sobre a contenção do plurilinguismo no Brasil, que o autor denomina de um processo de glotocídio, frequente desde a colonização.

Adiante, com a questão 3, (“O que você pensa sobre a Língua que você fala e escreve?”), pretendíamos investigar a opinião dos alunos a respeito da Língua Portuguesa, observando se a compreendem como uma língua composta de variedades linguísticas ou se a entendem como apenas uma norma padrão coercitiva, com a finalidade de prescrever e preservar as regras do bom uso da língua nacional.

Averiguamos, nessa questão, que nem todos os informantes mostraram pensar nela como uma língua padrão normativa, visto que, dos dezoitos entrevistados, sete consideram a língua que falam e escrevem como difícil, complicada ou estranha e sete a descreveram como legal, interessante e boa. Dos sete que consideram o Português como difícil, ou seja, como uma língua regida por regras e prescrições, um informante justifica sua posição explicando: “Difícil (...) porque tem muita regra” (Inf.01, Q3, L33-35). Quando ele afirma ser o português difícil pela existência de muita regra, está se referindo à norma prescritiva que lhe é imposta nas instituições escolares ao ditar a gramática como a prática exercida em sala de aula, tornando a aprendizagem da língua utilizada pelos alunos pouco estimulante.

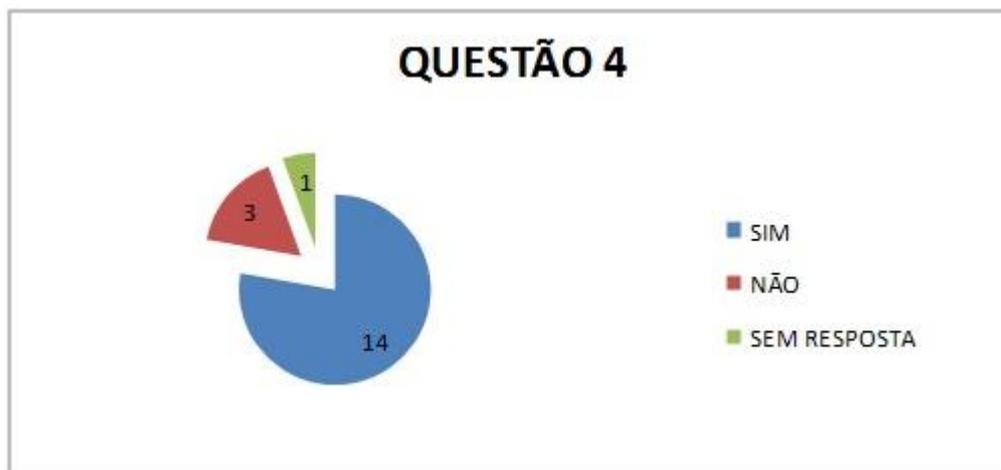
Ressaltamos a classificação do informante 04, a respeito da língua que fala e escreve como “boa” (Inf.04, Q3, L505), isto porque o faz não pensando na Língua como algo interessante, mas tendo em mente, de certa forma, a Língua como norma prescritiva da escrita, ou seja, a norma responsável por prescrever as regras do bom uso da língua, por isso tenta convencer a pesquisadora de que sua língua escrita é “boa” (Inf.04, Q3, L505), como aponta: “Tento me esforçar pra escrever do jeito certo” (Inf.04, Q3, L507). Dessa forma, o informante revela uma valorização positiva da norma padrão, ao afirmar que se esforça para utilizá-la.

Destacamos, ainda, a respeito dessa questão, que quatro informantes veem a Língua Portuguesa como uma dualidade, legal (ou fácil) e difícil: “Ah é bem legal, mas eu prefiro mais o inglês... É bem mais difícil, o Português, pra mim. Mais fácil, é o inglês.” (Inf.03, Q3, L348-349). De certa forma, quando apontam a existência de uma língua fácil e uma difícil, podem estar relacionando a norma padrão com a difícil e a língua efetivamente produzida à fácil, desse modo, colocam que a língua fácil é somente a que falam, pelo fato de essa modalidade aceitar as variações dependendo da situação de interação.

Encontramos, entre esses quatro informantes, ainda outra comparação, quando relacionam a língua escrita com a correta ou difícil e a língua falada com a “errada” ou fácil, visto que essa não segue a norma padrão como prescrição. Notamos que esses informantes reconhecem a existência de variedades na Língua Portuguesa, quando explicam sua opinião sobre a língua que falam e escrevem: “Acho uma língua bem fácil de falar, de escrever, nem tanto” (Inf.11, Q3, L1515). Dessa forma, o informante 11 consegue observar que a fala e a escrita possuem suas diferenças e atribui à escrita dificuldades de uso, por associá-la somente à norma prescritiva; O oitavo informante, por sua vez, além de apontar a diferença entre fala e escrita, demonstra uma atitude negativa com relação à própria fala, pois a considera incorreta, como um desvio da norma prescritiva: “Olha, depende, a língua que eu gosto de escrever seria a mais

correta, o Português mesmo, e a língua que eu falo é bem mais errada.” (Inf.08, Q3, L1074-1075), Já na questão 4, (“Aqui em Londrina, existem pessoas que falam diferente de você?”) tínhamos por finalidade investigar mais a fundo o conhecimento dos informantes sobre a existência da variação linguística, como explicitado no Gráfico 1:

Figura 1 – Gráfico da Questão 4: “Aqui em Londrina, existem pessoas que falam diferente de você?”



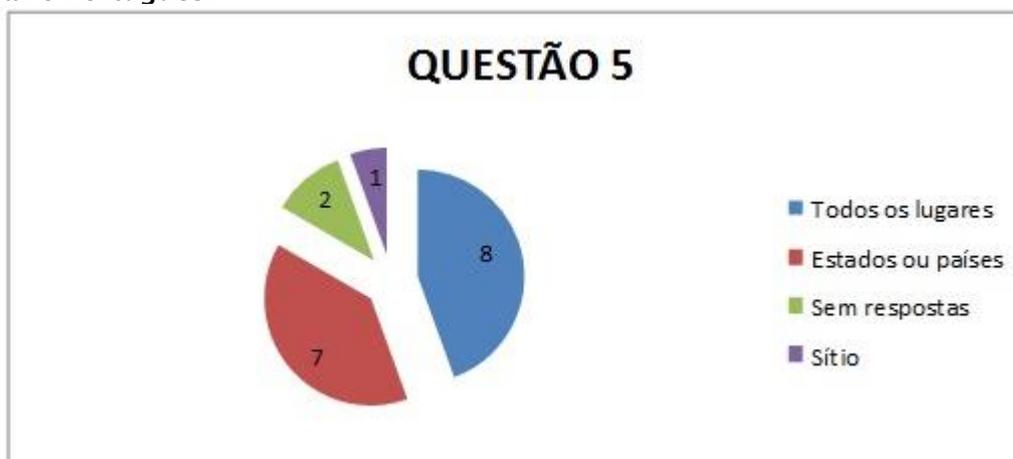
Para buscar tal resposta, escolhemos questioná-los a respeito da fala do outro, esperando que emitissem um julgamento de valor sobre isso. Pelas respostas obtidas, observamos que a imagem construída pelos alunos sobre a língua e suas variantes fica mais bem explícita nessa questão, uma vez que apresentam um prévio conhecimento sobre a variação linguística, havendo quatorze respostas positivas e três negativas.

Dentre os quatorze informantes que revelam a crença na existência da variação linguística em Londrina, somente dois demonstram um julgamento a respeito, pois alegam que a variação existente é a geográfica. Os informantes 01 e 18 relacionam a fala diferente em Londrina aos diferentes sotaques, como exemplifica o Inf. 18: “Existe, tipo meio sotaque nordestino.” (Inf.18, Q4, L2537).

Nessa mesma sequência de raciocínio, elaboramos a quinta questão, “Em que lugares você ouve modos diferentes de falar o Português?”, com o intuito de estender a resposta anterior, pois, como a maioria dos entrevistados alega a existência de pessoas que falam diferente deles, é necessário saber se eles também conseguem identificar em que locais essas diferenças são mais acentuadas, se vai depender da postura sociocultural do falante ou da região de origem, por exemplo.

Quando os informantes respondem à Q5, observamos que identificam diferentes tipos de variação, como notamos no gráfico a seguir:

Figura 2 – Gráfico da Questão 5: “Em que lugares você ouve modos diferentes de falar o Português?”



Oito alegam escutar esses modos diferentes de falar em todo lugar, nas ruas, no ônibus, em hotéis, destacando a diferença da língua em nível social e regional. A respeito da diferença em todo lugar, alguns resumem: “Ah, na rua mesmo, eu escuto a conversa dos outros, pelo fato de passar por eles, e a língua é bem diferente, de alguns deles” (Inf.05, Q5, L655-656); “Ah, todo lugar tem.” (Inf.01, Q5, L45); “Ah, em todo lugar tem gente que fala diferente.” (Inf.02, Q5, L207). Observamos também aqui a variação em nível social, porque mesmo um informante que, na questão 4, afirmara não existirem pessoas que falam diferente, quando questionado sobre os lugares em que a variação ocorre, identifica a variação linguística, respondendo como se acreditasse nessa existência, pois diferencia o estilo linguístico por características sociais e culturais: “Eu acho que depende muito do lugar. Nos lugares mais humildes, acho que as pessoas falam mais errado. Nos lugares que as pessoas têm mais condição de vida melhor, falam mais correto.” (Inf.08, Q5, L1083-1085). Notamos uma atitude sobre a variação linguística, pois o informante acredita que o nível sociocultural e econômico determinará o uso da variedade linguística, havendo um julgamento negativo em relação à fala de pessoas de nível social inferior.

Sete apontam que a variação ocorre entre indivíduos de Estados diferentes, ficando, assim, marcada a crença nos dialetos do Rio Grande do Sul, do Rio de Janeiro e de São Paulo;

Dois não respondem, pois na questão anterior demonstram não acreditar na existência da variação linguística e assim mantêm sua resposta anterior;

Um informante aponta o sítio, com a finalidade de falar em variação referente à diacronia, porque explica ser a sua língua diferente da língua utilizada pelas pessoas que cresceram lá, revelando percepção da diferença de uma geração para outra: “As pessoas do sítio, porque eles têm um sotaque mais antigo, mas é Português também.” (Inf.10, Q5, L1389). Como Camacho (1988) já explicou, a variação em regiões isoladas toma forma diferente, mesmo que conviva no mesmo período temporal que outra, visto que falantes de uma região isolada e de idade avançada mantêm os usos linguísticos de prestígio de décadas anteriores, mas que foram mantidas nessa região isolada, por isso o estranhamento do informante (um jovem). Notamos, também, que o informante, ao falar em “sotaque mais antigo”, tem noção da relação entre região e diacronia, mas aponta ambas como sotaque, sem fazer diferença ao nomear.

Mais diretamente, a fim de comprovar e completar as questões anteriores, perguntamos aos informantes se existe variação na Língua Portuguesa, com a finalidade específica de saber se a língua com a qual têm contato é a mesma em diversas situações. Para tanto, utilizamos a questão 06 (“O Português que você ouve entre os colegas, na televisão, na escola, é o mesmo?”), para observar se os alunos mantêm, em suas respostas, a mesma ideia projetada nas respostas anteriores.

Como resposta, dezessete alunos alegam que a Língua Portuguesa sofre variação. Mesmo aqueles que sugeriram, nas respostas anteriores, que a Língua Portuguesa não sofre variação, ao serem indagados novamente, mas de outra forma, reconhecem as variedades linguísticas existentes no Brasil. Esses informantes apontam a variação somente na sexta questão provavelmente por dois motivos: (i) eles já haviam refletido mais a respeito das questões e responderam o que realmente acreditam sobre o tema ou (ii) estavam preocupados em manter a imagem da Língua Portuguesa que conhecem e utilizam como pura, um reflexo claro da coerção da normatividade linguística tanto prezada.

Dentre os dezessete informantes citados, alguns explicam não ser o Português o mesmo por causa do uso das gírias: “Não, é bem diferente, por causa das gírias.” (Inf. 02, Q6, L211); “Não, porque alguns são formais e há outras falas que são bem... Tipo é normal, algumas tem gírias e outras não.” (Inf. 05, Q6, L659-660). Outro entrevistado justifica que a fala de cada um desenvolve sua própria variação, considerada “como outra língua”, como ele explica: “Não, não é o Português correto. Eles falam parece que outra língua, porque é mais língua londrinense, não é o Português correto. Eles não falam “vamos ir ao banheiro?”, falam “vamo no banheiro?”... Entendeu? Bem rápido.” (Inf. 03, Q6, L359-361).

Destacamos, ainda com relação à sexta questão, que o único informante a responder “sim”, ou seja, que não vê mudança entre o uso da língua por diferentes tipos de pessoas ou grupos, havia respondido, nas questões anteriores, que existe variação na língua, indicando até que ela está presente em sua região: “Em todo lugar, aqui em Paiquerê mesmo, eu já ouvi” (Inf. 17, Q5, L2399). Chegamos então ao ponto da entrevista em que todos os informantes já reconhecem, de alguma forma, a existência da variação linguística, ainda que uns com mais facilidade que outros.

Considerando que os alunos já teriam expressado sua opinião a respeito da variação na Língua Portuguesa, pensamos em uma questão que começasse a nos revelar a valoração do julgamento dos alunos sobre o uso das variedades, para tanto, apresentamos a sétima questão, “Comparando as falas das pessoas de sua região, existe quem fale melhor? Se sim, quem? Por

quê?”. Como verificamos, os alunos acreditam também que um indivíduo pode falar melhor que outro, pois 94%, ou seja, quase a totalidade dos entrevistados, responderam “sim”,.

Como destacamos anteriormente, Lambert e Lambert (1975) acreditam que as atitudes influenciam no comportamento do indivíduo e vice-versa, já que constituem a reação do indivíduo ao grupo social, ou à fala utilizada por esse grupo. Dessa forma, quando os informantes classificam quem fala melhor, estão expressando sua atitude, como observamos ao considerarem melhores falantes as pessoas que falam mais fluido, como os escolarizados, “advogados” (Inf. 03, Q7, L366), pessoa “que trabalha com política” (Inf. 05, Q7, L666), “professores” (Inf. 10, Q7, L1399/ Inf. 16, Q7, L2257), “professora de português” (Inf. 17, Q7, L2409), “jornalistas” (Inf. 15, Q7, L2116), pessoas de um Estado considerado culto, como “São Paulo” (Inf. 07, Q7, L947) e “pessoas que têm mais conhecimento, pessoas mais velhas” (Inf. 08, Q7, L1095).

Dessa forma, quando respondem que algumas pessoas falam melhor do que outras, sugerem ainda ser melhor ou mais adequada a fala das pessoas que convivem com a linguagem mais formal ou utilizam a norma culta, como reflexo da norma padrão que conhecem, haja vista que os entrevistados responderam, classificando o tipo de pessoa que fala melhor: (i) pessoa escolarizada ou que lê muito: “Ah, porque a pessoa lê mais.” (Inf. 02, Q7, L219); “Tem uma vizinha, lá, que ela trabalha com política, alguma coisa assim. Então, sei lá, se ela fez algum estudo para que ela pudesse falar normal. É bem diferente como ela fala tudo. Ela fala com umas palavras bem diferentes, que a gente nem sabe o significado.” (Inf. 05, Q7, L666-668); “Elas estudam mais, tipo, sabem mais as regras, essas coisas de ortografia, a gente já, entre os amigos, é diferente, assim, fala mais na gíria, assim, daí fica mais um pouco mais errado, eu acho.” (Inf. 12, Q7, L1684-1686); (ii) Professores da Língua Portuguesa: “A professora de Português fala bem melhor do que a gente, sabe? A gente fala errado e ela corrige a gente.” (Inf. 17, Q7, L2409-2410); (ii) Pessoa que tem contato com a norma culta, devido ao lugar em que vive: “Ah, porque é uma cidade, né, mais culta, cheia de dono de empresa.” (Inf. 07, Q7, L249).

Na sétima questão, verificamos, sobretudo com as opiniões dos alunos, que existe a certeza de que a língua varia e, por isso, eles conseguem com facilidade apontar as pessoas que falam a variedade culta do Português. Caberia ao professor, por exemplo, partir dessa crença dos alunos sobre a pessoa que fala a variedade, para abordar a variação apresentando as variedades culta e popular e o uso delas em contexto, com a intenção de revelar, aos alunos, a heterogeneidade da Língua Portuguesa no Brasil.

Com as questões de oito a dez, a serem analisadas, ressaltamos que, muito além de pesquisar as crenças e atitudes dos alunos e se elas são válidas, interessa-nos observar sua capacidade em expressá-las.

A propósito da crença sobre um falar melhor ou mais bonito do que outro, como questionado na oitava e na nona questão (“Homens e mulheres falam igualmente? Qual fala é a mais bonita, a do homem ou da mulher? Por quê?” e “Jovens e idosos falam de maneira diferente? Quem fala melhor? Explique sua resposta.”), notamos que todos entrevistados conseguiram expressar sua crença linguística apresentando argumentos ou explicações.

Analisando primeiramente a oitava questão, observamos que os informantes acreditam na diferença na fala ocasionada pelo fator extralinguístico sexo, pois quando indagados se homens e mulheres falam igualmente apenas dois informantes responde sim (11%), quatro alegam depender de outros fatores (22%), dez deles afirmam que não (56%) e dois respondem direto a segunda parte da pergunta (“Qual fala é a mais bonita, a do homem ou a da mulher?”) deixando, no entanto, subentendido que não acreditam que homens e mulheres falam da mesma forma (11%).

Figura 3 – Gráfico da Questão 8: “Homens e Mulheres falam igualmente?”



Verificamos, em seguida, que os entrevistados demonstram uma atitude positiva em relação ao falar feminino. Esses dados podem ser visualizados no gráfico a seguir:

Figura 4 – Gráfico da Questão 8: “Qual fala é a mais bonita, a do homem ou a da mulher? Por quê?”



Como constatamos, 78% dos informantes creem ser a fala da mulher a mais bonita, 11% preferem a dos homens, 5,5% explicam que depende mais da escolaridade do que do sexo e, ainda, 5,5% afirmam não ver diferença na fala desses dois tipos de pessoas.

Ao analisarmos esses dados, salientamos a necessidade de, muito mais que descrever essas porcentagens, ser preciso relatar que, dos dezoitos informantes, somente treze conseguiram justificar sua resposta, ao passo que os outros não foram capazes de marcar sua atitude linguística com um juízo de valor.

Os entrevistados capazes de emitir um juízo de valor fazem-no expressando sua opinião sobre a melhor fala da seguinte forma. Os defensores da fala da mulher como melhor justificam que é uma linguagem mais calma e mais educada, explicando: “Ah, acho que ela é mais, não vaidosa, digamos assim, mais carinhosa de falar, mais calma, entendeu? Não tem muita gíria, nós ainda temos, mas mulher já formada, não.” (Inf. 03, Q8, L375-376); “Porque os homens usam mais as gírias, não falam tudo certo.” (Inf. 04, Q8, L536); e também “Porque a mulher é mais educada na hora de falar, o homem já é diferente.” (Inf. 11, Q8, L1545).

Entretanto, dois informantes preferem a fala do homem, defendendo que ele consegue usar a norma prescritiva, a norma de maior prestígio, como um deles explica: “A mulher, quando ela está com as amigas dela, ela meio que fala de um jeito... Já o homem, ele fala mais correto.” (Inf. 08, Q8, L1105-1106).

A respeito dos outros dois entrevistados, não expressaram opinião sobre a pessoa que fala melhor, pois acreditam que isso dependerá do grau de instrução da pessoa, não somente do sexo, visto que, como ressalta o Inf. 05, “se for uma mulher tipo a professora e um advogado, o advogado fala melhor, deve ser por causa da profissão.” (Inf. 05, Q8, L676-677). Essa resposta, além de destacar a pessoa com o nível escolar elevado sendo aquela que fala melhor, também mostra que o informante apontou o advogado como uma profissão de maior prestígio, portanto, associa-o com o uso da norma de prestígio: “o advogado fala melhor” (Inf. 05, Q8, L676-677).

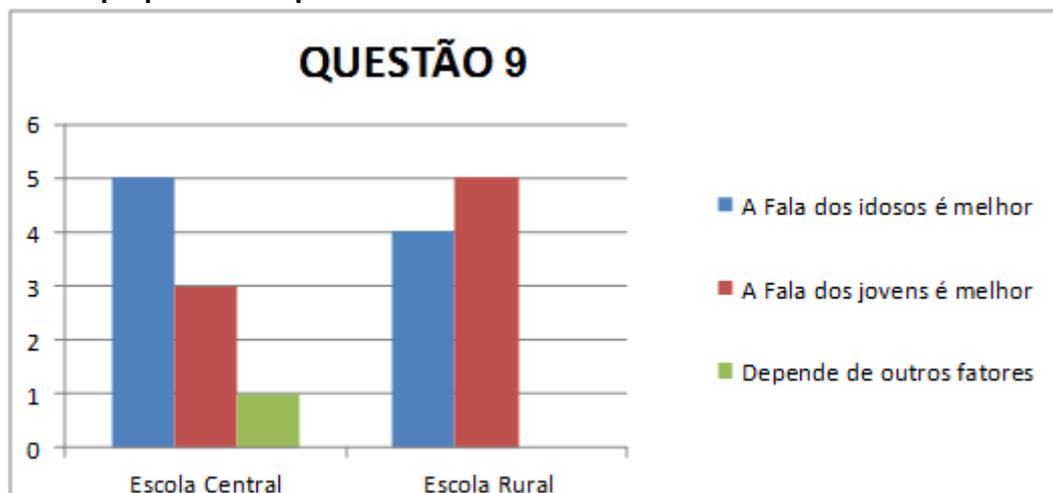
Esses resultados observados são notáveis desde os estudos de Labov em 1963, pois esse pesquisador asseverou que seus informantes alegavam ser a fala da mulher a melhor em detrimento da fala do homem. Convém ressaltar, sobretudo, que até mesmo Labov (2008[1972]), com o estudo de Martha’s Vineyard se interessou, além de apontar qual era a atitude linguística dos entrevistados a respeito da variação linguística, mais ainda em revelar que a atitude dos falantes correspondia ao desenvolvimento linguístico e social do grupo em que se encontravam, uma vez que o desenvolvimento de uma mudança linguística está atrelado à vida social. Labov (2008[1972]) expõe:

[...] não se pode entender o desenvolvimento de uma mudança linguística sem levar em conta a vida social da comunidade em que ela ocorre. Ou, dizendo de outro modo, as pressões sociais estão operando continuamente sobre a língua, não de algum ponto remoto no passado, mas como uma força social imanente agindo no presente vivo (LABOV, 2008 [1972], p. 21)

Tanto nessa oitava questão, quanto na nona, tínhamos a intenção de pesquisar como o indivíduo expressaria sua atitude linguística. Dessa forma, observamos uma atitude que demonstra a crença de falar melhor ou mais bonito, como afirmamos anteriormente.

A partir da nona questão, “Jovens e idosos falam de maneira diferente? Quem fala melhor? Explique sua resposta.”, verificamos que os informantes explicam qual fala é a melhor, se a fala do jovem ou a do idoso, levando em conta aquilo que vivenciaram ou aprenderam, como apresentamos no gráfico a seguir:

Figura 5 – Gráfico da Questão 9: “Jovens e idosos falam de maneira diferente? Quem fala melhor? Explique sua resposta.”



De certa forma, os informantes apresentam uma atitude resultante de crenças construídas em seu cotidiano. Ao considerar, então, que a vivência desses entrevistados são diferenciadas, visto serem de regiões díspares de Londrina (centro e rural), notamos respostas opostas:

50% dos informantes, em sua maioria da escola central, creem ser a fala dos idosos a melhor, justificando de duas maneiras:

Os idosos possuem mais estudos: “Eu acho que por ele já ter estudado, já ter aprendido mais, né. Antigamente, também, os pais eram muito rígidos, né. Às vezes, alguma religião, ensinava a falar certinho, né. Eu acho que eles falam bem melhor.” (Inf. 03, Q9, L387-389);

Os jovens utilizam muito as gírias: “Os jovens falam muito em gíria e os idosos falam uma língua mais culta.” (Inf. 07, Q9, L964).

45%, sendo a maioria da escola rural, acredita que a fala dos jovens é a melhor, pois estes estão na escola, diferentemente de seus familiares mais velhos que possuem pouca escolaridade: os informantes explicam ser a fala do idoso diferente da norma padrão que os alunos aprendem na escola e têm por correta:

- “Ah, não sei por quê. Os idosos falam pior, ah, porque, sei lá, mas a maioria veio da roça, aí a maioria fala de um jeito estranho.” (Inf. 09, Q9, L1269-1270);
- “Porque tem idoso que fala bem diferente.” (Inf. 11, Q9, L1553);
- “Porque os idosos já estão velhos, não sabem falar, eles falam o que vem na telha. E os jovens já falam certinho e tudo, mas alguns não.” (Inf. 16, Q9, L2275-2276).

Somente um informante da Escola Central (5%) diz ser necessário, para classificar quem fala melhor, considerar muito mais o conhecimento e a escolaridade, do que a idade que a pessoa tem, se é idosa ou jovem: “não depende da idade, sei lá, mais pelo conhecimento.” (Inf. 05, Q9, L686).

Essa questão nos possibilitou constatar que tanto os alunos da escola central quanto os alunos da escola rural são capazes de emitir um julgamento valorativo quanto ao uso da Língua Portuguesa, seja ao tratar a língua do idoso como a melhor, seja ao considerar a do jovem. Observamos, também que, ao marcarem a língua do jovem como a melhor, relacionam-na com gírias. Os entrevistados são jovens que fazem uso dessa modalidade da Língua Portuguesa tanto quanto outros jovens, os quais utilizam as gírias em seu grupo para marcar a originalidade do grupo social restrito a que pertencem. Segundo Preti (1984), ao usar a gíria, os jovens estão escolhendo uma linguagem específica capaz de se opor à variedade culta em vigor no período a que o grupo pertença. Ao escolherem uma linguagem específica, os jovens proporcionando à ela características de originalidade e auto-afirmação, que sempre cativam outros jovens.

A questão seguinte (Q10) também nos ajuda a observar se os alunos, mais uma vez, conseguem expressar sua atitude frente aos usos linguísticos diferenciados entre pessoas com e sem escolaridade. Para tanto, a questão dez trata de questionar: “Pessoas com escolaridade e

pessoas sem escolaridade falam diferente? Comente.”.

As respostas dos entrevistados nos permitem afirmar que a maioria dos entrevistados expressa a crença sobre pessoas instruídas falarem melhor. Para eles, as pessoas com escolaridade aprenderam as regras de uso da Língua Portuguesa, com isso, mantém-se a noção de que a escola proporciona ao alunado um contato com a norma padrão e a norma culta, capacitando o aluno a utilizá-la em diversas situações de uso da língua em que essas normas se fazem necessárias:

- “Começa, porque uma pessoa que tem escolaridade, ela sabe falar, ela aprende desde pequeno, na escola, a forma melhor de falar pra tudo, até pra uma entrevista de emprego, eu acho. Agora, a pessoa que não tem escolaridade, ela nem sabe falar, ela nunca teve contato com uma pessoa também que sabe falar direito, como o professor.” (Inf. 08, Q10, L1122-1125);
- “Porque quem tem escolaridade estudou o Português melhor do que quem não tem. Normalmente, as pessoas que não estudou falam tudo errado.” (Inf. 17, Q10, L2431-2432);
- “Porque quem tem estudo já está e quem não tem pode até falar o Português, mas não fala corretamente porque eles se esquecem de usar ponto e vírgulas, ou usa gíria.” (Inf. 18, Q10, L2578-2579).

Cabe ressaltar, a respeito da crença desse informante sobre o uso da variação linguística, que ele relaciona as pessoas não escolarizadas àquelas que cometem desvios da norma prescritiva na linguagem, como erros de pontuação ou o uso de gírias.

Dois entrevistados, todavia, não acreditam que exista diferença na fala de pessoas escolarizadas e não escolarizadas, pois creem, dependendo do caso, ser a pessoa capaz de aprender em casa. Dessa forma, classificam como escolarizadas as pessoas que passam pela escola, mas admitem que outros também podem ser aprendizes das normas linguísticas se alguém em casa os auxiliarem. Para esse aluno, a aprendizagem vai depender não somente da escola, mas de quem ensina o indivíduo: “Não, acho que é a mesma coisa, vai depender também dos pais que você nasce, né.” (Inf. 03, Q10, L393).

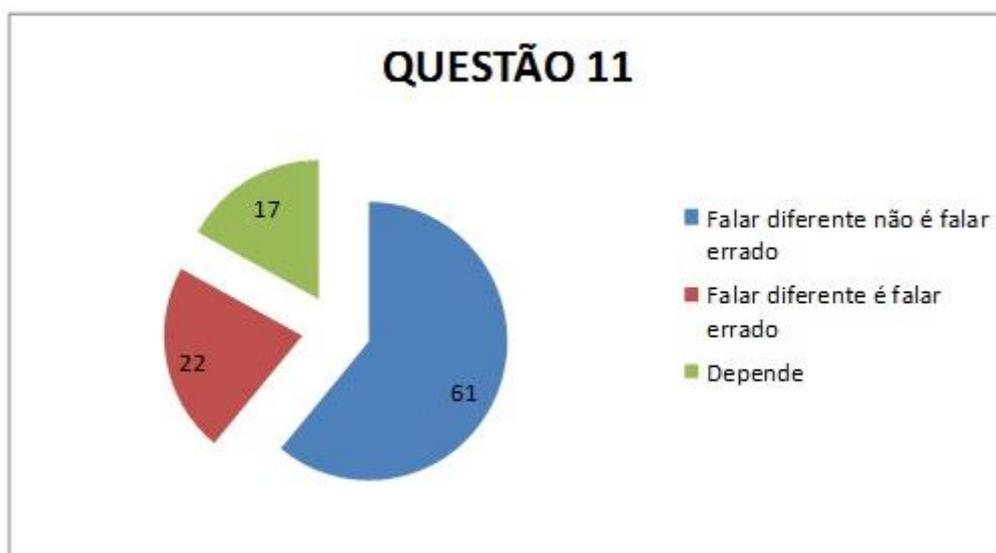
Considerando que os alunos acreditam ser necessário o estudo da língua para saber adaptá-la quando necessário, independentemente de ser pela escola ou por um familiar que lhes proporcione isso, podemos visualizar o papel e a importância do ensino das normas linguísticas para os alunos, visto que o valor atribuído à variedade padrão e o estigma associado às variedades não-padrão conduzem as escolas a deixar de lado as variedades linguísticas, ao invés de as abordarem efetivamente nas aulas de Língua Portuguesa. Como bem sugerem os Parâmetros, o papel da escola é proporcionar um ensino que mantenha a ideia da língua como um conjunto de variedades, não somente a predisposição a um único uso – norma padrão. (BRASIL, 1998).

A partir dos julgamentos expressos pelos alunos, defendemos a aplicação de uma pedagogia diferenciada na escola, a pedagogia da variação linguística, em que o alunado possa aprender sua língua materna, descartando os preconceitos linguísticos.

As questões anteriores possibilitaram reconhecer tanto os julgamentos de valor, ao expressarem suas opiniões sobre a pessoa que fala melhor, mais bonito e mais corretamente de acordo com a norma padrão, quanto a ausência de valores, quando os informantes revelam não acreditar na variação linguística.

A questão questão 11, “Você acha que falar diferente é falar errado? Justifique sua resposta.”, conduz os alunos a expressarem efetivamente uma atitude positiva ou negativa a respeito dos modos diferentes de falar e seu uso, como observamos no gráfico 6, a seguir. Portanto, podemos afirmar que a maioria não acredita que falar diferente seja errado, visto que, dos 18 informantes, 11 (61%) julgam que falar diferente não é errado. Notamos que a variação linguística já se faz presente no cotidiano dos informantes, que já aceitam o uso de modos diferentes de falar o Português, pois a fala, de acordo com o exposto pela Sociolinguística, deve estar adequada à situação de uso. Como postula Castilho (2010), tanto na fala quanto na escrita é necessário levar em conta o interlocutor e saber como produzir seu ato linguístico.

Figura 6 – Gráfico da Questão 11: “Você acha que falar diferente é falar errado? Justifique sua resposta.”



Os informantes favoráveis ao uso das variedades linguísticas justificam que falar diferente não é falar errado: (i) acreditam na existência de diferentes modos de falar e também no seu uso: “É só que está falando diferente.” (Inf. 15, Q11, L2147); (ii) comentam a diferença entre falar errado e falar diferente ao afirmarem que “falar errado é quando você fala pulando frase, pulando letra, trocando as letras. E falar diferente é quando você usa sotaque e esses tipos de coisas.” (Inf. 07, Q11, L977-978); (iii) expressam-se a respeito do preconceito social e linguístico, defendendo que cada indivíduo tem o direito e o dever de respeitar e ser respeitado: “Não. Eu acho que falar diferente é aquelas coisas que cada um tem a sua cultura. E cabe a nós respeitarmos cada cultura que cada um tem.” (Inf. 18, Q11, L2583-2584).

Dessa forma, compreendemos que eles sugerem existir diferentes modos de falar, adequados a diversas situações sem estar errado.

Ainda na Questão 11, observamos que 22% dos informantes (quatro alunos) creem que falar diferente é a mesma coisa que falar errado, pois pode causar incompreensão linguística, como o uso de algumas gírias ou sotaques considerados errados. Essa posição revela uma atitude negativa à variação linguística. Um dos informantes justifica sua posição desfavorável ao uso das gírias, alegando não entender a gíria como uma linguagem específica de um grupo, utilizada para marcar sua originalidade, mas a compreende como um uso linguístico característico do desvio da norma prescritiva, justificando que, ao usar a gíria, o homem desvia da norma causando incompreensão nas mulheres ou nas pessoas fora de seu grupo de convívio: “Ah, é errado, porque tem muita gente que não entende as gírias dos homens. Se os homens ficam falando, e não fala o nome da pessoa, da coisa, aí ninguém entende. Não se entende as gírias que o homem fala, que fala “e aí mano”, as mulheres não entende.” (Inf. 04, Q11, L555-557).

Por fim, também na Questão 11, três informantes (17%) acham que nem sempre falar diferente é errado, apenas o uso de variedades da língua adequadas a situações diversas. Para esses informantes, há variação na oralidade: “Ah, tem gente que fala diferente, fala errado, “nóis”, “a gente vai”, que fala diferente e tem quem fala melhor.” (Inf. 02, Q11, L249-250). De certa maneira, esses informantes não expressam uma atitude positiva ou negativa quanto ao falar diferente ao assumirem a existência das duas formas, entretanto, demonstram atitude positiva com relação à norma culta, ao atribuírem aos usuários dessa norma o melhor uso, quando sugerem existirem tanto pessoas que falam diferente quanto pessoas que falam melhor.

Essa questão possibilitou analisar a situação em que se encontra a aceitação da variação linguística pelos alunos educados pela escola atual. Mesmo ao observar que a grande maioria dos informantes possui uma atitude positiva com relação a esse conteúdo da Língua Portuguesa, notamos que esse é um tema ainda complexo e pouco compreendido pelos alunos, principalmente quando consideram errado o uso da gíria e os sotaques, independentemente da situação. Possivelmente essa postura é consequência da coercitividade da norma padrão, por prescrever as regras do bom uso da Língua Portuguesa, sem permitir que variações ocorram. Sabemos que ainda se concebe essa norma como a principal no ensino do Português e que é por meio dessa norma que os alunos conhecem a Língua Portuguesa. Vale ressaltar como papel fundamental da escola levar ao aluno o acesso à norma de prestígio, como também alterar os preconceitos produzidos à variação linguística, a fim de colaborar com o ensino da Língua Portuguesa, pois se trata de uma língua composta de diversas normas.

Faraco (2002) assevera que na sociedade brasileira existem inúmeras normas linguísticas, posto que a norma, qualquer que seja, é a junção de um conjunto de formas linguísticas, bem como um agregado de valores socioculturais. Dessa forma, se a Língua Portuguesa no Brasil possui várias normas, é preciso que os usuários dessa língua conheçam suas variantes e sejam capazes de utilizá-las quando necessário, portanto, a escola deve ser o local em que tomam contato com esses diversos usos sem atribuir juízo de valor negativo às variedades estigmatizadas.

Na sequência, então, pedimos para os informantes explicarem o que é falar errado (Questão 12) e verificamos que as respostas condizem com a explicação dada anteriormente na Questão 11. Portanto, obtivemos três tipos de respostas. Aqueles que acreditam que falar diferente não é errado: “É... Ah... Não tem falar errado o Português, pra pessoa, ela está falando certo. Pra gente, pode estar errado, mas pra pessoa, ela está falando certo.” (Inf. 01, Q12, L100-101); “(...) ele fala errado, mas não é errado, tá no modo correto, só é diferente.” (Inf. 16, Q12, L2294).

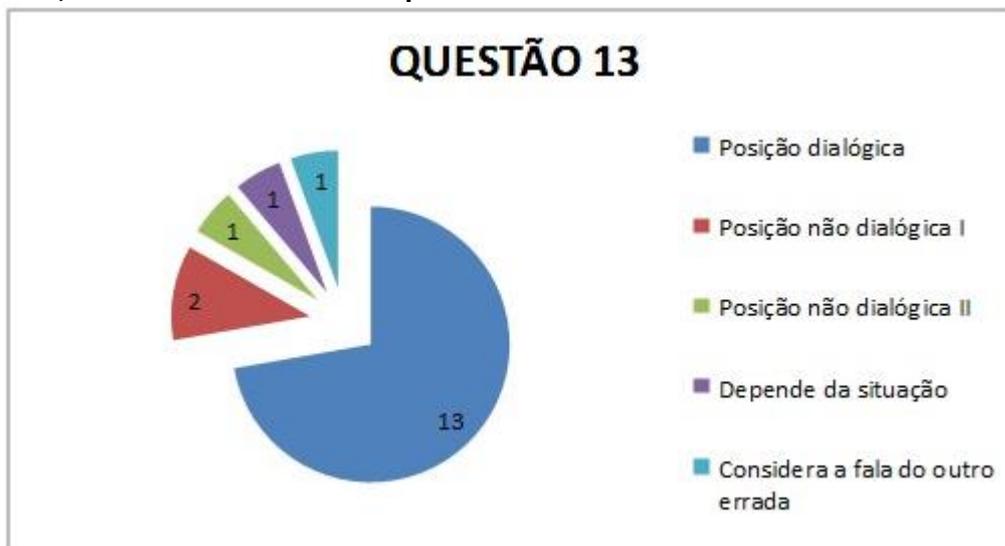
Outros que acreditam que falar errado é falar diferente, ou melhor, sem obedecer às regras da norma padrão da Língua Portuguesa: “Ah, errar nas palavras é tipo: “a gente vai”, igual eu falei.” Inf. 02, Q12, L256); “Errado? Eu acho que é... falar igual ao Cebolinha, que fala elado. Eu acho que isso é errado.” (Inf. 03, Q12, L406-407); “É sem as regras do Português. É falar do jeito que se ouve quem fala errado.” (Inf. 04, Q12, L560); “Falar errado é trocar palavras, trocar letras.” (Inf. 07, Q12, L982). Esses informantes não aceitam que na fala pode haver variação.

Outros creem também, que não se fala errado, podendo haver adaptações da sua linguagem à situação de uso: “Depende. Se você estiver falando com um amigo e falar errado, acho que não tem muito problema. Agora, se você for trabalhar, fazer uma entrevista de emprego ou algo mais importante, tem que falar mais correto.” (Inf. 08, Q12, L1133-1136); “Falar errado... Falar errado é não saber conversar.” (Inf. 11, Q12, L1571). Esses informantes já aceitam a variação na língua e classificam a linguagem como adequada à situação de comunicação do indivíduo que dela faz uso. Bortoni-Ricardo (2006) assevera que, em detrimento da fala, podemos tratar de “adequado” ou “não”, portanto, o “erro” é substituído pela noção de diferenças entre variedades ou estilos.

Tanto na questão 11 quanto na questão 12, o conhecimento de variedades expresso pelos alunos já mostra aceitação da variação linguística. Entretanto, alguns informantes ainda revelam uma visão normativa prescritiva para o uso da língua, denominando como “erro” tudo aquilo que subverte as regras, não fazendo distinção entre fala e escrita, pois, como já defendemos, na escrita, assumimos que existe o erro de ortografia, enquanto, na fala, consideramos o inadequado à situação.

Em seguida, expomos uma questão elaborada para identificar como os alunos se portam em situações que envolvem variação linguística, a fim de verificar suas crenças e atitudes. Desse modo, a questão 13, “Quando alguém fala de maneira diferente e você não entende, como você se sente? O que faz?”, revela a crença positiva a respeito dos modos diferentes de falar, por grande parte dos entrevistados, como constatamos no gráfico a seguir:

Figura 7 – Gráfico da Questão 13: “Quando alguém fala de maneira diferente e você não entende, como você se sente? O que faz?”



Ao observar a atitude linguística dos dezoito informantes, compreendemos:

Treze informantes revelam buscar, na situação proposta, uma posição simétrica⁵, pois os sentimentos de estar perdido na situação de comunicação os conduzem à atitude de dialogar - isto é estabelecer e manter uma forma de comunicação - ao tratar seu interlocutor não como parte de uma classe social inferior ou superior, instituindo uma relação assimétrica, mas como membro do mesmo grupo sociocultural: “Ah, converso pra que ela me explique o que é. (...) Ah, pra ter tipo um conhecimento geral.” (Inf. 07, Q13, L988-990). Quando o aluno transforma uma dificuldade em um diálogo, notamos a ocorrência de uma atitude positiva, a aceitação da variação linguística, a fim de compreender o dito: “Eu pergunto o que que é... Pra entender, porque se eu estou conversando com você e você fala uma coisa que eu não aprendi, e eu perguntar pra você o que é e você me explicar, e se eu estiver conversando com outra pessoa e ela falar, eu já vou saber o que é, ela não vai precisar explicar de novo.” (Inf.17, Q13, L2447-2451). Assim, antes de criticar os modos diferentes de falar, um informante se mostrou aberto ao novo, pois ele acha que deve perguntar o que significa a palavra para entender a conversa. Esse informante, como os outros treze, parece ansioso por conhecer e compreender o diferente;

Dois informantes, entretanto, não assumem essa posição de simetria na comunicação, pois não fazem esforços para compreender o dito pelo falante, mesmo quando não compreendem: “Ah, sente mal, né, porque não entende... Ah, não falo nada, porque a gente não entende” (Inf.13, Q13, L1875-1877).

Um informante apresenta uma posição assimétrica, mas justifica sua postura por não querer ofender a pessoa com quem conversa, então prefere não perguntar e ficar sem compreender a conversa: “A gente fica sem graça, né, porque dá vergonha de perguntar o que que é, a pessoa pode se sentir ofendida.” (Inf.10, Q13, L1433-1434).

Outro informante sugere que sua atitude vai depender de outros fatores, portanto mostra uma disposição para a convergência na linguagem, ou seja, revela seus esforços para estabelecer uma relação amistosa com seu interlocutor, pois reduz a assimetria presente na comunicação: “Acho que depende da pessoa. Se a pessoa parece mais inteligente, acho que eu me sinto um pouco burro, né. Mas, se a pessoa for meio desleixada, meio burra, eu fico de boa, depende também do que ela está falando, eu acho... Depende, né, pode ser por você querer saber o significado da palavra e também pra você saber o que a pessoa está falando, se é, sei lá, uma gíria ou uma palavra de verdade.” (Inf.08, Q13, L1140-1147);

Mais um informante é favorável à convergência na linguagem durante uma comunicação assimétrica, entretanto, deixa claro que faz isso porque a pessoa fala errado, assim vê o problema de comunicação somente no outro: “Eu penso que ela é burra mesmo... Eu pergunto de novo... É porque eu acho que ela que fala errado.” (Inf.15, Q13, L2155-2161). Esse informante apresenta uma atitude negativa, ao revelar seu preconceito linguístico para com pessoas que falam diferente dele, pois acredita que sejam incapazes de compreendê-lo, como ele afirma: “burra mesmo” (Inf.15, Q13, L2155).

Ao analisar essa questão, compreendemos que, consoante a questão anterior, a maioria dos informantes assume uma postura positiva com relação ao uso das variedades linguísticas, produtos da língua disponíveis ao falante. Entretanto, ainda existe um número de alunos que não são capazes de assumir essa postura, devido ao fato de ser natural o preconceito linguístico em nossa sociedade.

Considerações Finais:

No presente estudo, buscamos identificar as crenças linguísticas de alunos reveladas pela atitude linguística positiva ou negativa sobre a heterogeneidade da língua. Primeiramente, como verificamos nas três primeiras questões, foram poucos os indivíduos a reconhecerem a variação linguística, menos ainda os que despontaram um julgamento (seja positivo ou negativo) a respeito da diversidade da língua. Entretanto, nas questões posteriores, em que os alunos foram indagados mais especificamente a respeito dos modos diferentes de falar o Português, as respostas apresentaram um conhecimento já internalizado a respeito da variação linguística.

Quanto aos possíveis fatores ligados às crenças e atitudes linguísticas que interferem no ensino da Língua Portuguesa, identificamos o julgamento de valor sobre o uso das variedades linguísticas: quando negativo, o aluno se postou favorável somente à norma padrão, não aceitando as diferenças nem na fala; quando positivo, o aluno demonstrou, com exemplos, que

⁵ Os estudos sociolinguísticos apontam as relações de comunicação entre os indivíduos como simétricas ou assimétricas. Consoante Bortoni-Ricardo (1984), a relação assimétrica se dá quando os interlocutores pertencem a classes sociais e grupos diferentes, causando divergências na comunicação.

falar diferente não é errado, que a linguagem precisa estar adaptada, ou ainda, que é possível manter uma relação simétrica de comunicação.

Realizamos, portanto, um estudo sobre crenças e atitudes linguísticas de alunos do Ensino Fundamental de duas escolas públicas de Londrina, mostrando a existência de crenças linguísticas dos alunos reveladas pela atitude linguística positiva, quando identificavam os modos diferentes de falar o Português ou quando aprovaram sua abordagem em sala de aula; ou negativa, ao se manterem fiéis somente à norma padrão, desconsiderando qualquer outro uso linguístico diferente. Esse julgamento negativo interfere no ensino da Língua Portuguesa, colaborando para a manutenção de uma visão da Língua Portuguesa relacionada exclusivamente à norma padrão coercitiva.

Com base nos dados desta pesquisa, constatamos que a abordagem da variação da língua ainda não se faz presente na sala de aula, o que revela a necessidade de maior proximidade entre as pesquisas sociolinguísticas desenvolvidas no meio acadêmico e o trabalho realizado no ambiente escolar a fim de que o trabalho com a língua leve o aluno a ser competente na tarefa de adaptar sua linguagem às diversas situações de interação.

Referencial Teórico:

AGUILERA, V. de A. "Crenças e atitudes linguísticas: quem fala a língua brasileira?" In: RONCARATTI, C.; SAVEDRA, M. M. G. Português Brasileiro. Rio de Janeiro: Faperj, 2007.

BAGNO, M. Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística. – São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

BORTONI-RICARDO, S. M. "Problemas de comunicação interdialeto". In: _____ Tempo Brasileiro. – Rio de Janeiro, n.78/79, p.9-31, jul./dez., 1984.

BORTONI-RICARDO S. M. Educação em Língua Materna - A Sociolinguística na sala de aula. 2. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

BRIGHT, W. "As dimensões da Sociolinguística". In: FONSECA, M. S. V.; NEVE, M. F. (orgs.) Sociolinguística.–Rio de Janeiro: Livraria Eldorado Tijuca Ltda., 1974[1966]. (p. 17 - 23).

CORBARI, C.C. "Crenças e atitudes linguísticas de falantes de Irati (PR)" SIGNUM: Estudos Linguísticos, Londrina, n.15/1, p. 111-127, jun., 2012.

CYRANKA, L. F. de M. Atitudes linguísticas de alunos de escolas públicas de Juiz de Fora - MG 2007. 174 f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos). – Instituto de Letras, Universidade Federal Fluminense, Niterói.

FARACO, C. A. Escrita e alfabetização. Contexto: São Paulo, 1994.

FARACO, C. A. "Norma-padrão brasileira: desembaraçando alguns nós". In: BAGNO, M. (org.) Linguística da norma. – São Paulo: Loyola, 2002 (p. 37-61).

GERALDI, J. W. Linguagem e ensino: exercícios de militância e divulgação. Campinas: ALB/Mercado de Letras, 1996.

GÓMEZ MOLINA, J. R. "Actitudes lingüísticas en una comunidad bilingüe y multidialectal: area metropolitana de Valencia". Anejo n. XXVIII dela Revista Cuadernos de Filología. Valencia, Universitat de Valencia, 1998.

ILARI, R. A lingüística e o ensino da Língua Portuguesa. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

LABOV, William. Padrões sociolinguísticos. Trad. Marcos Bagno; Maria Marta Scherre; Caroline Cardoso. – São Paulo: Parábola, 2008 [1972].

LAMBERT, W.W.; LAMBERT, W. E.L. "A significação social das atitudes" In: _____ Psicologia social. 5ª ed. Trad. D. Moreira. – Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1975. (p. 98-135).

MARCUSCHI, L. A. "Oralidade e Escrita". Signótica, v.9, n.1, p. 119-145, jan./dez., 1997.

MORALES, H. L. Sociolinguística. 2ª ed. – Madrid: Editorial Gredos, 1993.

MORENO FERNÁNDEZ, F. Principios de sociolinguística y sociología del lenguaje. Barcelona: Ariel, 1998.

MÜLLER de OLIVEIRA, G. "Brasileiro fala português: Monolinguísmo e Preconceito Linguístico". Linguagem, v.11, nov./dez., 2009.

POSSENTI, S. Por que (não) ensinar gramática na escola. Campinas: ALB/Mercado de Letras, 1996.

PRETI, D. A gíria e outros temas. 4ª ed. Trad. T. A. Queiroz – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1984.

SANTOS, E. dos. Certo ou errado?: Atitudes e crenças no ensino de língua portuguesa. – Rio de Janeiro: Graphia, 1996.

SOARES, M. Português na escola: história de uma disciplina curricular. Revista de Educação AEC, n. 101. Campinas: IEL/Unicamp, 1996.

TARALLO, F. A pesquisa sociolinguística. São Paulo: Ática. 1997.

Artigo Recebido em: 21/10/2015. Aprovado em 15/12/2015.